

Parentalidade e Família Humana: Tudo Está Interligado¹

ODIRLEI ARCANGELO LOVO²

ROBERTO DE PAULA³

CLEBERSON ELLER LOOSE⁴

CLODOALDO DE OLIVEIRA FREITAS⁵

Resumo

Este artigo visa promover um diálogo reflexivo sobre a parentalidade e a família humana, interagindo com a práxis humana que possibilita viver a dignidade da pessoa, e indagando-se: Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer? O objetivo é de analisar as diferentes dimensões de vulnerabilidades que afetam as pessoas e suas famílias. A pesquisa exploratória e reflexiva e será realizada por meio de revisão de literatura com escopo concernente à vivência familiar. Apresenta-se que a família quando vive o familismo causa vulnerabilidades à família humana e por consequência a si mesma. Não se poderá viver uma paz duradoura se não houver um empenho de todos os setores, entidades e pessoas.

Palavras-chave: Parentalidade. Economicidade. Sociabilidade. Vulnerabilidade.

¹ *Parentality and the Human Family: Everything is Interconnected*

² Professor na UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Teologia PUC/PR (2019). Mestre em Administração FEAD-MG (2013). Graduado em Ciências Contábeis UNIR/RO (2003). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0576-9284>.

³ Professor na UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Direito UFPR (2016). Mestre em Direito UEL/PR. Graduado em Direito e Teologia.

⁴ Professor na UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Administração. Mestre em Administração FEAD-MG (2013) Graduado em Ciências Contábeis.

⁵ Professor na UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Administração. Mestre em Administração FEAD-MG (2013) Graduado em Ciências Contábeis.

Abstract:

This article aims to promote a reflective dialogue about parenting and the human family, interacting with the human praxis that makes it possible to live the dignity of the person, and asking: What kind of world do we want to leave to those who will succeed us, the children who are growing? The objective is to analyze the different dimensions of vulnerabilities that affect people and their families. The exploratory and reflective research will be carried out through a literature review with a scope concerning the family experience. It is presented that the family, when experiencing familism, causes vulnerabilities to the human family and, consequently, to itself. It will not be possible to live a lasting peace without the commitment of all sectors, entities and people.

Key-words: Parenting. Economy. Sociability. Vulnerability.

1.1. INTRODUÇÃO

Uma das características marcantes da Pós-Modernidade é a complexidade e a interconexão das temáticas que se decida pesquisar e problematizar. Desta forma, dever-se-á, necessariamente, levar em consideração a contextualização sistêmica de tal empreendimento. A vida humana só é possível numa perspectiva de coexistência e relacionalidade. Assim, as implicações sistêmicas colocam à família, desafios que não se esgotam no ambiente privado do lar. Há implicações que se estendem desde as atitudes práticas, passando pelas responsabilidades com o meio ambiente, com a sustentabilidade, com as decisões éticas e bioéticas, bem como com as questões políticas que definem os caminhos e o caminhar da sociedade.

Nesse exato sentido, a discussão acerca da família e sua inserção no contexto atual, remete a profundas reflexões e questionamentos que ultrapassam o interesse da mera consideração e sobrevivência da família como “*célula mater da sociedade*”, pois atinge os seres humanos em seu elemento mais basilar que é a manutenção da própria existência humana no mundo.

O presente artigo aponta algumas dimensões do mundo, da vida que se apresentam como desafios à existência humana e aos grupos familiares, especialmente, aqueles atingidos pelo fenômeno da

vulnerabilização, decorrente das exclusões e das desigualdades sociais de acesso ao bem comum.

Em termos metodológicos, opta-se, pela revisão de literatura, donde emergem concepções pertinentes aplicadas à temática em baila, bem como de pensadores com amplo reconhecimento acerca da problemática em questão. Neste sentido, a consistência não se apresenta somente no aporte dos pensadores e intelectuais, mas também na experiência prática acumulada das pesquisas realizadas e manifestas como estudos realizados.

1.2. O (I)MUNDO AO AGIR HUMANO

A vivência humana é chamada a responsabilidade, de modo que “Não há direitos sem deveres, nem deveres sem direitos” (GOMES E ZAMBAM, 2018, p. 311), a afirmativa remete a pensar sobre as dificuldades do cenário econômico atual, onde consumismo contrasta com a própria fome. O estresse do trabalho ou da ausência de trabalho tem se tornado a patologia que avassala a vida humana: a nossa vida e a vida de nossos filhos, sobre esta perspectiva aponta-se para a indagação de Francisco (2015, LS, nº 160) “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer?”

É preciso conscientizar-se da importância do agir humano frente a Criação – a Casa Comum, neste sentido, apresenta-se indagações e proposições que permitem compreender a família e suas relações como uma dinâmica que impacta de forma positiva e negativa a Criação – o mundo que estamos possibilitando aos nossos filhos e à toda a família humana que é profundamente dependente da Criação – a natureza, esse conjunto de relações é preconizada por Francisco (2015) na afirmativa de que “no seio do universo, podemos encontrar uma série inumerável de relações constantes que secretamente se entrelaçam” (LS, nº 240).

Nesse processo dinâmico e relacional é possível compreender que *tudo está interligado*⁶, de modo que a autonomia e a alteridade estão diretamente relacionadas ao modo como compreendemos nosso

⁶ Tudo está interligado, e isto convida-nos a maturar uma espiritualidade da solidariedade global que brota do mistério da Trindade. (FRANCISCO, 2015, LS Nº 240)

elo com a Criação. Suscitar o modo como nos relacionamos com as coisas e as pessoas é de fato construir o mundo que desejamos.

Desde já se aponta para o problema que tem se tornando a família, o familismo. O fato de que ao desejarmos o melhor para nossos filhos, tornamo-nos um perigo para os demais, impacta a sociedade, ao tempo que promove sujeitos egoístas e sem comprometimento com as realidades sociais, prejudicando, profundamente, o desenvolvimento do ser humano. É necessário pontuar que não conseguimos pensar um mundo para deixar às crianças que estão a crescer, mas que se vive a ânsia de deixar aos filhos/parentalidade a maior parte do mundo que pudermos comprar, dominar e explorar predatoriamente, tornando nosso ambiente de vida e vivência no (i)mundo, local onde as futuras gerações terão que sobreviver.

Amar é direcionar-se à certeza das possibilidades de que as relações não se corrompem pelas posses e que cada concepção/nascimento deve ser permeada pelo acolhimento, atitudes de alteridade para com o próximo. Neste sentido, o ser humano é feito do *húmus* da terra para ser o próprio *húmus* na terra.

O amor, enquanto essência, floresce e frutifica-se da formação da pessoa, fomentando um agir solícito, não por benefícios e proximidade parental, mas por ser a forma como o ser humano pode viver segundo o que é Bom, Belo e Verdadeiro, Francisco (2015) salienta que “Na verdade, a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais, quanto mais se relaciona, sai de si mesma para viver em comunhão com Deus, com os outros e com todas as criaturas” (LS, nº 240). As palavras de Francisco precisam ser necessariamente observadas à luz das palavras de Bento XVI (2009) “Uma das pobreza mais profundas que o homem pode experimentar é a solidão” (CIV, nº 53).

Intui-se, portanto, que a avareza e o processo de individuação têm transformado o modo como nos relacionamos, até os filhos são vistos como ‘*mecanismos*’ de despesas e lucros: são os filhos que darão continuidade aos negócios familiares. O comportamento humano tem se pautado na postura de que o próximo é sempre o concorrente, nunca a egolatria se fez tão presente. Até mesmo nosso posicionamento sobre a necessidade de dar tudo aos filhos está embasado na exploração predatória das pessoas e das coisas, por isso clama João Paulo II (1987) para que,

Todos nós experimentamos, quase palpavelmente, os tristes efeitos desta sujeição cega ao mero ‘consumo’: antes de tudo, uma forma de materialismo crasso; e, ao mesmo tempo, uma insatisfação radical, porque se compreende imediatamente que — se não se está premunido contra a inundação das mensagens publicitárias e da oferta incessante e tentadora dos produtos — quanto mais se tem mais se deseja, enquanto as aspirações mais profundas restam insatisfeitas, e talvez fiquem mesmo sufocadas. (SRS, n° 28).

A crise afeta profundamente o modo como vivemos, afeta a forma como se vive com a parentalidade e altera as relações de trabalho, por fim se torna necessário posicionar-se de forma egoísta, uma situação onde se vive o familismo, uma características onde se busca todos os privilégios à parentalidade e para isso se usa as coisas e as pessoas que estão à volta, para Francisco (2015, LS, n. 13) “Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos” por sua vez Bento XVI (2009) já se atentava para a necessidade de renovação, sugerindo que “A crise obriga-nos a projetar de novo o nosso caminho, a impor-nos regras novas e encontrar novas formas de empenhamento, a apostar em experiências positivas e rejeitar as negativas” (CIV, n° 21).

Neste momento precisamos apontar que uma das maiores crises que se vive é a crise familiar, todos nós representamos perigo ao outro, e isso acontece porque queremos a exclusividade dos benefícios aos filhos/parentalidade, para isso ‘o vizinho’, ‘o próximo’ precisa ser explorado. Talvez as palavras se tornam pesadas, mas imagine: quanto você gastaria para salvar a vida de seus familiares? Diante da mesma situação, só que agora com a família ‘do vizinho – do próximo’, qual seria o gasto?

Este é um momento em que precisamos pensar nossa sociedade, pensar o ser humano – a pessoa, os direitos e os deveres, sobre esta perspectiva Francisco (2016) aponta que foi confiado “à família o projeto de tornar ‘doméstico’ o mundo, de modo que todos cheguem a sentir cada ser humano como um irmão” (AL, n° 183), e deste apontamento é necessário que respondamos, em família, à Francisco (2015) “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer? (LS, n° 160). Sobre este prospecto se aponta à problemática deste artigo, estamos

transformando a Criação no mundo que desejamos? ou no (i)mundo que rejeitamos em palavras, mas que construímos pelo desejo de possessividade e familismo?

Pode-se afirmar que não há o ser humano sem o Jardim – a Criação, que foi preparada para o ser humano, indaga-se: qual mundo estamos deixando para o ser humano? Criado para ser o Administrador e cocriador da Criação, o Ser Humano detém uma responsabilidade sobre o ordenamento dos acontecimentos, neste sentido, se percebe nos mandamentos de “Cultivar e Guardar o Jardim” (cf. Gn 2,15), a responsabilidade do ser humano.

É fato, o objetivo não é uma volta ao paraíso inicial, mas possibilitar que este Jardim possa ser cada vez mais qualificado para receber a vida humana. O mundo precisa ser o local onde a pessoa possa usufruir do que há no jardim, e que em um equilíbrio entre a autonomia e a alteridade se possa consolidar as sociedades, que caminham à unidade e pluralidade de vida e vivência em liberdade.

Sobre a perspectiva de que “Não há direitos sem deveres, nem deveres sem direitos” (GOMES E ZAMBAM, 2018, p. 311), precisamos reconhecer que o ser humano é o administrador da Criação, e que “Este mundo como possibilidade e tarefa, que Deus ama como mundo profano e feito pelo próprio homem, e assim o faz crescer, tornou-se em relação ao anterior, imensamente maior e, a despeito de toda sua miséria, imensamente mais glorioso” (RAHNER, 1969, p. 253).

Francisco (2015, LS n. 203) afirma que “a humanidade pós-moderna não encontrou uma nova compreensão de si mesma que a possa orientar, e esta falta de identidade é vivida com angústia”, é necessário apontar para a necessidade de compreender melhor a si mesmo, de modo que só a elucidação do ser que somos, nos capacitará a cuidar da *Casa Comum*⁷, e se valendo das palavras de PAULO VI (1965, GES, nº 92), se aponta que o que une entre si os seres humanos é bem mais forte do que o que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade.

Ao compreender o ser humano como o Administrador da Criação, se compreende que a esponsalidade humana se realiza na *práxis* do ‘cultivar e guardar’ (cf. Gn 2,15), compreende-se que todos os

⁷ Francisco. **Carta encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum**

seres humanos estão envolvidos à Essência Administrativa⁸, *práxis* que revela a verdade à vida humana, diante das necessidades, das possibilidades e dos subsídios e com isso a capacidade de significar e promover proximidades, parcerias e responsabilidades. As pessoas que vivem o amor nas diversas e singulares culturas e vivências precisam desenvolver a cultura do encontro, para Francisco (2015) “A visão consumista do ser humano, incentivada pelos mecanismos da economia globalizada atual, tende a homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da humanidade” (LS, n° 144).

O Jardim – Mundo ou (I)mundo – ‘*diz*’ muito a respeito da atitude humana, Francisco (2015), aponta que o Criador “deseja atuar conosco e contar com a nossa cooperação” e para isso, Deus “quis limitar-Se a Si mesmo, criando um mundo necessitado de desenvolvimento” (LS, n° 80), informações como as que se apresentam de fato nos convidam a pensar e a refletir sobre a vida humana, é realmente isso que Francisco (2015) aponta na “encíclica *Laudato Si’*: sobre o cuidado da casa comum” há de certa maneira um chamado antropológico, que primeiramente tece uma crítica ao modo como fomos ensinados a ser humanos, salientando que “Uma apresentação inadequada da antropologia cristã acabou por promover uma concepção errada da relação do ser humano com o mundo” e logo em seguida Francisco preconiza que “Mas a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (LS, n° 116).

1.3. NATUREZA: CONDIÇÃO DE SERMOS À IMAGEM E SEMELHANÇA DE DEUS

Pensar a vida humana sem pensar o Jardim que o Criador criou para a vida humana é no mínimo incoerente, portando, para pensar a família, nos dedicamos a pensar a vivência humana, neste ponto relatamos as dificuldades que o familismo tem causado ao mundo atual, pontua-se sobre a necessidade do ser humano compreender-se

⁸ Para Lovo (2020) o Ser humano, em sentido antropológico, deve ser compreendido como o Administrador da Criação. Portanto, toda pessoa leva em si um folego de vida Divina que possibilita administrar as possibilidades, as necessidades e os subsídios que se tem a disposição.

como o Administrador da Criação, ressalta-se primeiramente o que Francisco (2015) aponta:

A harmonia entre o Criador, a humanidade e toda a criação foi destruída por termos pretendido ocupar o lugar de Deus, recusando reconhecer-nos como criaturas limitadas. Este fato distorceu também a natureza do mandato de ‘dominar’ a terra (cf. Gn 1, 28) e de a ‘cultivar e guardar’ (cf. Gn 2, 15). Como resultado, a relação originariamente harmoniosa entre o ser humano e a natureza transformou-se num conflito (cf. Gn 3, 17-19). (LS, nº 66).

As palavras de Francisco apontam para uma relação, necessidade/fundamento, para que possamos edificar o mundo necessitado de desenvolvimento, a harmonia entre o Criador, o Ser humano e a Criação, essa relação queremos apontar como a *‘esponsalidade com o Criador’*. Todavia, deste cenário emerge a *‘verdade peregrina’* que se edifica diante de cada pessoa que observa, abstrai e absorve as realidades, e à este cenário que o ser humano é chamado para administrar a Casa Comum, Francisco (2013) apresenta que “Vemos assim que o compromisso evangelizador se move por entre as limitações da linguagem e das circunstâncias” e por mais diversos que seja as realidades, as culturas e a pluralidade, é necessário “comunicar cada vez melhor a verdade do Evangelho num contexto determinado, sem renunciar à verdade, ao bem e à luz que pode dar quando a perfeição não é possível” (EG, nº 45).

Assim não se impõe uma gradualidade da lei, se faz necessário administrar tudo o que existe entre a verdade e a necessidade, de tal forma o ser humano se realizará mediante o próprio agir e administrar humano, em sponsalidade. A harmonia apontada por Francisco pode facilmente coadunar com as palavras de João Paulo II (2004) quando apresenta que os seres humanos não vivem duas vidas paralelas “por um lado, a vida chamada ‘espiritual’, com os seus valores e exigências, e, por outro, a chamada vida ‘secular’, ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do empenhamento político e da cultura” (CDSI, nº 546).

O ser humano faz teologia ao estudar cada uma das ciências, porque cada ciência revela ao fundo, formas de agir e/ou como agir, é sobre esta decisão que podemos revelar se estamos em sponsalidade com o Criador, quando Francisco aponta que Deus “quis limitar-Se a Si mesmo, criando um mundo necessitado de desenvolvimento” (LS, nº

80), aponta-se que a ciência, a presença e a potência humana fazem parte da onisciência, onipresença e onipotência de Deus, na Criação. Ser à Imagem e semelhança de Deus, situa-se não só ao sopro inicial (*roah*), mas indica que diante do livre-arbítrio possamos continuar a se permitir ser criado. Por isso, se aponta para a essência administrativa, essa necessidade de cuidar da Criação, o que denota o cuidado com aquela que é a Imagem soprada à vida humana. Toda a educação, todo o processo de subsidiariedade deve ser apresentado à pessoa para que essa possa se desenvolver segundo os propósitos do que é bom, belo e verdadeiro.

Compreender a natureza como uma condição de sermos à imagem e semelhança de Deus, é também pontuar sobre culturas, neste sentido, primeiramente se aponta o que diz Francisco (2015) “Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida” (LS, nº 213), esta afirmativa é erigida sobre a perspectiva de que a família “é o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está exposta, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico” (LS, nº 213).

Salienta-se sobre as dificuldades do familismo, ou seja, as deficiências a qual a parentalidade está exposta, a família não pode ser a razão pela qual se é permitido explorar predatoriamente a natureza, porque essa atitude corrompe a própria harmonia entre o Criador, o ser humano e a Criação. A família não pode impedir de pensar e sermos uma família humana. Ainda sobre as palavras de Francisco (2015) se observa os valores sobre os quais a família deve ser observada “família é o lugar da formação integral, onde se desenvolvem os distintos aspectos, intimamente relacionados entre si, do amadurecimento pessoal” (LS, nº 213).

A família, baseada no matrimônio livremente contraído, unitário e indissolúvel, há de ser considerada como o núcleo fundamental e natural da sociedade humana. Merece, pois, especiais medidas, tanto de natureza econômica e social, como cultural e moral, que contribuam para consolidá-la e ampará-la no desempenho de sua função. (JOÃO XXIII, 1963, PT, nº 16).

Uma cultura que valoriza a posse predatória, gera possuídos e vulnerados, de alguma forma chega-se ao nível de que a sociedade do desenvolvimento já não é a sociedade do equilíbrio entre as gerações,

pois se perdeu a capacidade de *'cultivar e guardar'*, de *'ir e proliferar'* (cf. Gn 2,15), se perde, portanto, a Essência Administrativa de sermos os Administradores e Cocriadores da Criação.

A este cenário, podemos apontar que a natureza – a Criação, é a condição para que o ser humano possa ser à Imagem e Semelhança do Criador, observa-se que "Ninguém pode servir a dois senhores; pois odiará um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro" (BÍBLIA, 2012, Mt 6:24), Francisco (2013) afirma que: "Uma das causas desta situação está na relação estabelecida com o dinheiro, porque aceitamos pacificamente o seu domínio sobre nós e as nossas sociedades" ainda sobre o assunto complementa que "A crise financeira que atravessamos faz-nos esquecer que, na sua origem, há uma crise antropológica profunda: a negação da primazia do ser humano" (EG, nº 55).

Os filhos tem sido substituído por uma profissão que dá dinheiro, a sociedade do cansaço e do estresse fomenta modelos de controles e não há formação da consciência de pessoa. De forma geral, precisa-se de sucesso profissional e trabalhar duramente, afinal o consumismo precisa fazer circular a produção desnecessária, e principalmente, não permitir uma formação para a subsidiariedade. Sobre formação Francisco (2015) fomenta que "A educação será ineficaz e os seus esforços estéreis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza" (LS, nº 215), a gravidade da educação para o *'consumismo'*, para a *'cultura de morte'* é tal que Francisco conclui sobre a importância da mudança da educação sobre a assertiva de que "Caso contrário, continuará a perdurar o modelo consumista, transmitido pelos meios de comunicação social e através dos mecanismos eficazes do mercado" (LS, nº 215).

O "*amor*", deixou de ser um compromisso de vida, tornou-se um sentimento repentino, aparece sempre que se compra ou ganha algo, o ser humano se torna a criatura do mercado, desvinculando-se de sua Essência de ser o cocriador e administrador a Criação, sobre o princípio de autonomia e alteridade se aponta que já "descobrimos outra profunda lei da realidade: 'A vida se alcança e amadurece à medida que é entregue para dar vida aos outros'" (FRANCISCO, 2013, EG, nº 10), portanto, é preciso pensar no que preconiza Aquino e Zambam "é necessário o reconhecimento e o aperfeiçoamento da 'Casa

Comum’ [...] para perpetuar o *Viver bem* entre todos os seres a partir de responsabilidade que se manifestem de modo sistêmico, cooperativo e integrado” (2017, p. 101).

Oportunamente se observa o pensamento e centralidade na pessoa humana, isso é um chamado a viver a harmonia entre o Criador, o ser humano e a Criação – Natureza, para Aquino e Zambam (2017) “O cuidado da ‘Casa Comum’ precisa integrar o agir individual e coletivo” (p. 111), a necessidade de que possamos ter um pensamento holístico, pode ser observado nas seguintes palavras,

Com efeito, é mediante o livre dom de si que o homem se torna autenticamente ele próprio, e este dom é possível graças à essencial ‘capacidade de transcendência’ da pessoa humana. O homem não se pode doar a um projeto somente humano da realidade, nem a um ideal abstrato ou a falsas utopias. (JOÃO PAULO II, 1991, *CA*, n° 41).

O livre-arbítrio humano está submerso ao Jardim/Criação onde a vida humana é possibilidade, corromper e/ou comprometer o Jardim/Criação é impedir o livre-arbítrio, é preciso afirmar que a criação não em um projeto abstrato de reino – é um local a ser administrado. O humano é missão, uma tarefa dada a si mesmo, só em esponsalidade, pode elevar-se à essência administrativa que o possibilita ser o administrador da Criação. Investir em sociabilidade, em parentalidade e em economicidade é dedicar-se à vida, predispondo-se à pessoa na família humana. Muito do que há no mundo deixa de ser uma possibilidade, não há uma proibição, mas há a decisão, escolha consciente e livre de desenvolver o bem comum, a solidariedade e a subsidiariedade, destaca-se que,

Viver melhor é consequência de um modelo não apenas econômico, mas maior, um modelo espiritual. Portanto, para se chegar ao horizonte do bem viver, não se pode repensar apenas a estrutura e o modelo econômico, mas precisa-se reconstruir a cosmovisão da cultura. (HUANACUNI MAMANI, 2010, P. 68) *apud* (AQUINO E ZAMBAM, 2017, P. 114).

Em perspectiva de respeito a relação de harmonia entre o Criador, a Criação e o Ser humano, proporciona-se aos filhos, mais que as condições necessárias para sentirem-se seguros na criação, proporciona-se uma criação/jardim onde todos possam se sentir seguros e acolhidos. Subsidiar o crescimento, com educação, saúde e

segurança e o mínimo que se pode proporcionar à vida humana. Todavia, vive-se um momento onde há concentração dos subsídios nas ‘mãos de poucos’, esse fenômeno tem destruído o que há de humanidade em nós, corrobora Francisco (2015), salientando: “A verdade é que ‘o homem moderno não foi educado para o reto uso do poder’, porque o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores, à consciência” (LS, nº 105).

A dúvida é sobre as riquezas que estão concentradas nas mãos de poucos, sobre o assunto Francisco (2015) aponta para a ‘Casa Comum’ e orienta que “O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos” sem se reservar ao óbvio, justifica o fato sobre a *práxis* humana, fomentando que “Quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros” (LS, nº 95).

Quando se conduz os filhos a viver a economicidade, a sociabilidade e a parentalidade, vivendo à esponsalidade, se possibilita criar/transformar a sociedade, sustentar um ambiente acolhedor e subsidiário à vida humana é nosso caminho para a sustentabilidade humana, sobre estes aspectos João Paulo II (1981), afirma que “*o homem, criado à imagem de Deus, participa mediante o seu trabalho na obra do Criador e, num certo sentido, continua, na medida das suas possibilidades, a desenvolvê-la e a completá-la*” (LE, nº 25), corrobora João XXIII (1961) apontando que “é necessário educar as consciências no sentimento da responsabilidade que pesa sobre todos e cada um, particularmente sobre os mais favorecidos” (MM, nº 157).

A partilha dos bens e recursos, da qual deriva o autêntico desenvolvimento, não é assegurada pelo simples progresso técnico e por meras relações de conveniência, mas pelo potencial de amor que vence o mal com o bem (cf. Rm 12, 21) e abre à reciprocidade das consciências e das liberdades. (BENTO XVI, 2009, CIV, nº 9).

Observa-se que o atual cenário econômico condiciona as pessoas ao consumismo, o desejo de ser diferente e original/único é aguçada por diferenças comercializadas, há sempre uma ‘*moda*’ necessitada de adeptos. O trabalho é a ferramenta para o próprio sustento, todavia, o ser humano, foi dominado por sua própria ambição, impondo-se a

frenética obsessão por conseguir riquezas, e conduzindo-se ao vazio existencial. O desejo obsessivo pelo ter, tem feito as pessoas se tornarem concorrentes, inimigos, adversários. Francisco (2015) por sua vez adverte “Falta a consciência duma origem comum, duma recíproca pertença e dum futuro partilhado por todos. Esta consciência basilar permitiria o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida” (LS, n° 202).

O trabalho, é fonte de providência e forma elevada de promover a harmonia pacificadora na Criação, à medida que permite à cocriação humana se associar a sociabilidade e a parentalidade, todavia é necessário “pôr em prática um modelo econômico novo, fruto de uma cultura da comunhão, baseado na fraternidade e na equidade” (FRANCISCO, 2019).

O modelo como apresentado se situa no âmbito da subsidiariedade, onde cada pessoa é respeitada e mediante processos educativos é possibilitada a se desenvolver sobre a perspectiva de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade e é por isso que “cada um encontra o bem próprio, aderindo ao projeto que Deus tem para ele a fim de o realizar plenamente: com efeito, é em tal projeto que encontra a verdade sobre si mesmo e, aderindo a ela, torna-se livre (cf. Jo 8, 32)” ((BENTO XVI, 2009, *CIV*, n° 1).

1.4. PAI E MÃE: COOPERADORES NA CRIAÇÃO DE DEUS

Para responder “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer? Precisamos primeiramente, saber o que é a família, e o que a família pode ser e fazer, à quem se destina nossa capacidade de cuidar, quem é merecedor da dignidade que é possibilitada por intermédio do nosso trabalho. Indagamos, ainda, o que se deseja para a parentalidade, neste sentido, já se aponta ao familismo, o gesto egoísta e avarento que consiste em explorar tudo o que está a volta para encher de benefícios a nós mesmos. Precisamos, portanto, pensar a própria família enquanto uma união de pessoas capazes de zelar pela dignidade humana, de toda família humana.

Segundo, Sanches, Rocha e Lovo (2008) a família humana fundamenta sua vivência em um conjunto de bens, direitos, obrigações e afetos. Complementamos na afirmativa de que o modo como as coisas acontecem na família implica um reconhecer-se no outro, com

muita facilidade encontramos situações onde os afetos familiares fomentam que os bens de uns possam sustentar as necessidades de outros, esse processo de subsidiariedade é vivido e exponenciado em família.

Este mistério, a família, favorece o desenvolvimento e a subsidiariedade, necessárias para a formação da pessoa, por isso Francisco (2016) preconiza que “Ambos, homem e mulher, pai e mãe, são ‘cooperadores do amor de Deus criador e como que os seus intérpretes’” sugere ainda que ao viverem este mistério de ser pai e mãe, “Mostram aos seus filhos o rosto materno e o rosto paterno do Senhor” (AL, nº 172).

Não se deseja que a parentalidade se caracterize como autorização para explorar e acumular, desordenadamente, aquilo que por Graça foi possibilitado, é preciso verificar o que se deseja da vida, por isso compreender que arbitrar um filho à vida é decidir amá-lo antes de conhecê-lo. Esse processo acontece na educação e desenvolvimento da pessoa humana, de fato o amor que envolve o pai e a mãe na proteção de um filho, deve ser a medida com a qual devemos aprender a amar cada criança na família humana “Um casal de esposos, que experimenta a força do amor, sabe que este amor é chamado a sarar as feridas dos abandonados, estabelecer a cultura do encontro, lutar pela justiça” (FRANCISCO, 2016, AL, nº 183). Ainda é notória a observação que a conjugalidade é projeto parental onde há implícito a dimensão socioeconômica e que atuam entre si de forma subsidiária, o autor aponta ainda que “Nalguns países, muitos jovens ‘são frequentemente levados a adiar o matrimônio por problemas de tipo econômico, laboral ou de estudo’ (LS, nº 40).

Há que se reconhecer que, além de postergar o matrimônio, os problemas sociais e econômicos afetam decisivamente a continuidade do matrimônio, sobre esta perspectiva é preciso apontar que a falência de projetos social e/ou econômico possam acarretar a falência do projeto parental, o que acontece em virtude do próprio equilíbrio de sustentabilidade da vida, nesta perspectiva Francisco (2016) enfatiza que “Correndo o risco de simplificar, poderemos dizer que vivemos numa cultura que impele os jovens a não formarem uma família, porque privam-nos de possibilidades para o futuro” (AL, nº 40), o autor elucida que “estas famílias são muitas vezes afligidas pela gravidade dos problemas econômicos, pela incerteza dum trabalho precário, pela dificuldade de manter os filhos, pela falta duma casa” (AL, nº 252).

Aqui se insere que toda criança tem o direito de ter pai e mãe, Francisco (2016) corrobora apontando que “Toda a criança tem direito a receber o amor de uma mãe e de um pai, ambos necessários para o seu amadurecimento íntegro e harmonioso” (AL, nº 172), isso não implica dizer que cada criança tem o dever de ter pai e ter uma mãe, mas que é necessário e prudente que as pessoas, em condição de trabalho e responsabilidade, sejam responsáveis pela atitude de que “Respeitar a dignidade duma criança significa afirmar a sua necessidade e o seu direito natural a ter uma mãe e um pai” (AL, nº 172), diante disso, as pessoas que formam a sociedade e que administram os direitos e deveres, são responsáveis por suprir as relações de pai e mãe, quando essas não podem ser realizadas diante do planejamento da parentalidade.

Aqui se torna necessário lembra o que apontamos no início deste artigo, “Não há direitos sem deveres, nem deveres sem direitos” (GOMES E ZAMBAM, 2018, p. 311), nos referimos a esta citação na percepção das implicações que devem estar dispostas à consciência do fazer, é preciso notar que vulnerabilizar tem se tornado característica intrínseca à vivência humana, apontando à meritocracia que se aplica a todos, sem distinção. Sobre a temática dos direitos e deveres se insere um processo de subsidiariedade, o cuidado e a responsabilidade que é necessário ter para que tudo esteja interligado, isso se faz porque “É preciso revigorar a consciência de que somos uma única família humana. Não há fronteiras nem barreiras políticas ou sociais que permitam isolar-nos e, por isso mesmo, também não há espaço para a globalização da indiferença.” (FRANCISCO, 2015, LS, nº 52). Possibilitar que a vida possa ser gerada no amor é atitude de esponsalidade com o Criador, com o próximo e com toda a natureza, e isso implica em responsabilidades, atitudes, *práxis* e consequências, porque as relações parentais trazem em si uma carga de ações e afetos inestimáveis que impactam diretamente o ser humano em todo seu tempo, Francisco (2016) aponta que “a industrialização, a revolução sexual, o temor da superpopulação, os problemas econômicos (...). A sociedade de consumo também pode dissuadir as pessoas de ter filhos, só para manter a sua liberdade e estilo de vida” (AL, nº 42). Isso caracteriza, necessariamente, uma postura de abandono do vulnerabilizado, sobre a perspectiva da meritocracismo.

Quando se decide ser genitor, a corporeidade impulsionada pelos desejos e paixões, evidenciam caminhos e o que se pode fazer

para que a vida tenha sentido, zelando da vida e do outro sem que o impeça de ser livre, o livre-arbítrio caracteriza-se pelo direito/dever de cultivar e guardar as coisas criadas por Deus e desenvolvidas pelas ações humanas, mas a missão de cultivar e guardar são precedidas da capacitação para tal tarefa, ou seja, a essência administrativa – O Si de Deus – que habita em alteridade e correspondência, o mais íntimo humano e, o possibilita ser à imagem e semelhança do Criador.

A parentalidade traz em si mesma uma série de atos e consequências que prediz o que será de cada filho/pessoa que compõe esse núcleo parental, assim compreende-se que diante da parentalidade está o dever/direito de educar os filhos para que seja *húmus* na Criação “Forma o jovem no início de sua carreira, e mesmo quando for velho não se desviará dela” (Bíblia, Prv, 22,6), sob está perspectiva se compreende o valor e importância da cultura de educacional de um povo.

Quando os genitores *embriagados* em oferecer, só aos filhos, todas as possibilidades da Criação, inabilitam os subsídios necessários às necessidades de outras pessoas. Assim se chega ao triste momento em que as possibilidades de algumas pessoas representam necessariamente a ausência de subsídios às necessidades de outras, neste sentido, há que se reconhecer que “As coerções econômicas excluem o acesso das famílias à educação, à vida cultural e à vida social ativa” e neste movimento de exploração predatória e aniquilamento da vida social se pode observar que “O atual sistema econômico produz várias formas de exclusão social. As famílias sofrem de modo particular com os problemas relativos ao trabalho” (AL, nº 44).

Enfatiza-se que um progresso eficiente se faz mediante o desenvolvimento participativo e compartilhado que permite ao ser humano desenvolver-se em sua totalidade, enquanto um si na humanidade, mas também na humanidade de si, quando se vê o que se produz só como benefício dos próprios filhos, se esvai então a Criação, em detrimento, forma-se o próprio projeto, finito, egolátrico e idolátrico embasado na meritocracia. Diante de uma cultura da morte, a terra/criação é algo sem dono – (i)mundo, que o ser humano deve se apropriar e fazer o que quiser com aquilo que é ‘propriedade’.

A dimensão familiar que se possibilita aos filhos deve sempre incluir a humanidade, possibilitando a cada filho o significado de ser o administrador e cocriador do Reino – da forma como se deve

administrar a Criação, “Talvez nem sempre estejamos conscientes disto, mas é precisamente a família que introduz a fraternidade no mundo” (AL, nº 194). É preciso, portanto, reconhecer que o bem de nossos filhos não nos permite retirar do próximo o que é necessário, a família, todas as famílias estão à serviço da família humana, a parentalidade é um exercício à racionalidade humana que precisa se desenvolver como um projeto à serviço da humanidade e não como um centro fechado em si mesmo sob o qual tudo fica submetido.

1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A harmonia entre o Criador, o ser humano e a Criação deve ser o parâmetro para a práxis humana, é necessário que se promova a unidade entre a família humana, ao mesmo tempo que se possibilite e estimule a diversidade de culturas e vivências. A família é de fato a “*célula mater da sociedade*”, mas é sempre a dignidade da pessoa humana o parâmetro a ser observado, de forma que defender a família é permitir o desenvolvimento sustentável da pessoa humana, e não uma defesa irrestrita da instituição família.

O agir humano é a fonte de ordenamento que vivemos, por isso implica em dizer que a práxis nos possibilita o mundo e o (i)mundo para o próximo, é preciso, portanto, pensar os direitos e deveres para que se possa viver a dinâmica de que tudo está interligado. Reconhecer as consequências, positivas e negativas, dos atos humanos é a melhor forma para que possamos compreender o mundo que estamos a deixar para as crianças que estão a crescer. É possível, então, aderir à indagação: que presente estamos dando ao futuro?

A importância do pai e da mãe se exponencia, todavia, não se pode cobrar de uma criança o dever de ter pai e mãe, este é um direito da criança que não se pode associar a uma obrigação da própria criança, portanto, a expressão “não há direitos sem deveres” precisa ser pensada em contexto de subsidiariedade e desenvolvimento sustentável. Isso denota reconhecer que pessoas em estado de vulnerabilidade precisam ser amparadas, e de acordo com sua capacidade serem conduzidas a autonomia e alteridade que possibilita o desenvolvimento da liberdade humana.

Todo projeto parental deve ser pensado em perspectiva do desenvolvimento sustentável que promova a sociabilidade, a economicidade e a parentalidade. Há, portanto, a necessidade de

formar o ser humano para agir para o desenvolvimento da Casa Comum, elucidando a importância do Bem comum, da Solidariedade e da Subsidiariedade.

REFERÊNCIAS

1. AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de. e ZAMBAM, Neuro José. A “**Casa Comum**”: por uma epistemologia do cuidado e da justiça para a América latina. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.14, n.29, p.101-123, Maio/Agosto de 2017
2. BENTO XVI. **Caritas In Veritate**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2009. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html. Acesso em: 29 set. 2021.
3. BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém. Nova edição revisada e ampliada**. São Paulo: Paulus, 8ª impressão, 2012.
4. FRANCISCO. **Amoris Laetitia**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2016. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html. Acesso em: 29 set. 2021.
5. FRANCISCO. **Carta do Papa Francisco para o evento “Economy of Francisco”**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2019. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-imprenditori.html. Acesso em: 29 set. 2021.
6. FRANCISCO. **Evangelii Gaudium**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 29 set. 2021.
7. FRANCISCO. **Laudato Si’**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 29 set. 2021.
8. GOMES, Daniela; e ZAMBAM, Neuro José. **Sustentabilidade Do Espaço Urbano: Novas Tecnologias E Políticas Públicas Urbanístico-Ambientais**. Revista de Direito da Cidade, vol. 10, nº 1. 2018. ISSN 2317-7721 pp. 310-334. | DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2018.29866>.
9. JOÃO PAULO II. **Centesimus Annus**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1991. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 29 set. 2021.
10. JOÃO PAULO II. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2004. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em: 29 set. 2021.
11. JOÃO PAULO II. **Laborens Exercens**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1981. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_laborens-exercens.html.

- [ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html](http://pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html). Acesso em: 29 set. 2021.
12. JOÃO PAULO II. **Sollicitudo Rei Socialis**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1987. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Acesso em: 29 set. 2021.
 13. JOÃO XXIII. **Mater Et Magistra**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1961. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 29 set. 2021.
 14. JOÃO XXIII. **Pacem In Terris**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1963. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 29 set. 2021.
 15. LOVO, Odirlei Arcangelo. **Potência da razão e as limitações do ato humano: ciência é sponsalidade com o Criador**. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 23, n.2, jul./dez. 2020, p. 202-215. DOI: <https://doi.org/10.34019/2236-6296.2020.v23.30874>.
 16. PAULO VI. **Gaudium Et Spes**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 29 set. 2021.
 17. RAHNER, Karl. Teologia e Antropologia. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1969.
 18. SANCHES, Mário Antônio; DA ROCHA, Valquíria Batista; LOVO, Odirlei Arcangelo. **A influência da atividade profissional no planejamento familiar**. Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião, Goiânia, v. 16, p. 230-242, out. 2018. ISSN 1983-778X. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6165>. Acesso em: 02 out. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/cam.v16i1.6165>.